



A Pandemia agrava o elitismo e o privatismo na Educação É PRECISO DAR UMA RESPOSTA INDEPENDENTE!

Os mais de 300 mil mortos, a contaminação de mais de 12 milhões e a vacinação de ínfima parcela da população atestam que os capitalistas e seus governos não foram capazes de proteger a população assalariada e oprimida da chaga do Covid-19. O isolamento social, que seria um mecanismo de contenção da contaminação, é inaplicável sob as relações capitalistas de produção. Os governos formularam a política burguesa do isolamento social, que se aplica apenas a uma parcela da população. É uma espécie de quarentena de classe. Enquanto a burguesia e a classe média alta podem isolar-se, e ter atendimento médico elitizado privado, a grande maioria esteve, desde o início da Pandemia, submetida a ter de trabalhar, locomovendo-se nos ônibus, trens e metrô contaminados. Agora, com a duplicação dos casos e mortes, o sistema de Saúde Pública está em colapso, muitos morrem nas filas de UTIs, cujas filas já estão na casa dos 7 mil pelo país.

O fracasso da classe dominante em responder à Pandemia era esperado. O capitalismo, em crise mundial e decomposição, não tem como oferecer nada além da barbárie social. Mas, o pior de tudo é que as direções das organizações de massa (sindicatos, centrais, UNE, DCEs, etc.) renunciaram, desde o início da contaminação massiva, a reunir os oprimidos, e formular uma resposta independente em relação aos opressores e seus governos. O mínimo de classismo exigiria isso. Um plano emergencial próprio das massas, a ser defendido com os métodos da luta de classes, em choque com a burguesia e seus governos. Ao entregarem o destino das massas aos exploradores, abriram as portas para que se passasse a chamada “boiada” de medidas de ataques às condições de vida, trabalho, estudo e saúde.

Sem ter como recorrer às suas organizações de massa, grande parte delas fechada durante a pandemia, os oprimidos ficaram à mercê das medidas dos opressores. As assembleias, campanhas salariais, luta contra a privatização, manifestações, tudo foi levado para o mundo virtual, onde não se aplica a

democracia operária, democracia direta. Isto porque sua essência está na discussão e decisão coletivas, aliada à prática, à ação direta. Quem decide, põe em prática.

Somente com a retomada das assembleias e a organização de um dia nacional de luta será possível reorganizar as massas para enfrentarem seus opressores e conquistarem suas reais necessidades.

Na Educação, vimos a aplicação generalizada do Ensino a Distância, de variadas formas (alguns chamam a transmissão de aulas online de ensino remoto). Alguns criticam essa modalidade por conta de não haver recursos e condições materiais para sua aplicação. As direções estudantis, em geral, reivindicam modems, cotas de dados, etc., mas não se opõem por princípio ao EaD, dado como inevitável nas condições de pandemia. O fato é que o EaD agrava qualitativamente a separação entre sujeito e objeto na educação, e serve de mecanismo para que os capitalistas da educação ganhem mais, e os governos, gastem menos. Além de elemento destruidor da educação, sucateando-a ainda mais, serve à privatização e elitização. Por isso, deve ser rejeitado.

Mas, não é possível travar a luta em defesa das condições de ensino e trabalho na educação, sem o uso dos métodos da luta de classes. Os encontros, discussões, assembleias, etc, pela internet não têm o poder de pressionar os governos e o poder econômico.

Novamente, coloca-se a necessidade de ter uma resposta própria das massas à pandemia e às suas consequências. A convocação das assembleias presenciais e a organização da luta de massa nas ruas é o que permite enfrentar a situação de forma independente e com a força necessária. E não se trata de uma luta setorial, mas de todos os oprimidos. Cabe às centrais organizarem um dia nacional de luta, para dar um passo no sentido da derrota dos capitalistas e dos governos, que já provaram que não serão capazes de proteger a população assalariada e a juventude.

Como a juventude deve se posicionar diante do avanço da crise política?

Não podemos nos perder no avanço da crise política. A carta aberta dos banqueiros apenas dita a orientação do capital financeiro, em benefício de seus lucros. Exige posições contundentes do parlamento à política sanitária de Bolsonaro, porque vê seus negócios naufragando. O Comitê Nacional de Combate à Pandemia visa tão somente a atender a esses interesses. O fundamental é que a juventude oprimida se una à classe operária, e lute por um programa de emergência, que defenda os empregos, os salários, a vacinação universal, a começar pelos

pobres e miseráveis. Defenda o imediato controle dos hospitais privados pelo SUS, e se oponha à excrescência do EaD. Para isso, é preciso exigir que a UNE rompa com a política de conciliação de classes, que a leva à completa paralisia diante de milhares de mortos famintos e desamparados. Que a UNE se coloque pela unidade nacional dos oprimidos contra o governo Bolsonaro, a começar pela convocação de um dia nacional de luta, assumido por todas as organizações estudantis, sindicais e populares, pelo programa de emergência próprio dos explorados.

O fechamento de fábricas agrava a situação da juventude! Estatização e ocupação das fábricas fechadas sob controle operário

Ao fechamento das três plantas da Ford no país este ano, se soma a de São Bernardo do Campo em 2019, e as 36,6 mil fábricas ao longo dos últimos cinco anos. O impacto imediato se dá na destruição de postos de trabalho, encontrando na juventude oprimida um de seus elos mais frágeis, pelos altos índices de desemprego, subemprego

e domínio da criminalidade e narcotráfico. O fechamento de fábrica é destruição de forças produtivas, como manifestação da decomposição do capitalismo. A desindustrialização impacta diretamente as universidades públicas e gratuitas, pois, perdem cada vez mais sentido para a burguesia, cuja incapacidade

de manter o desenvolvimento das forças produtivas, vê como desnecessária a formação da força de trabalho qualificada. A juventude universitária deve se opor ao fechamento das fábricas, exigindo sua estatização, e se colocando prontamente por sua ocupação e pelo controle operário.

DESEMPREGO E SUBEMPREGO: RESPONDER EXIGINDO EMPREGO A TODOS. ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO!

O Brasil está com taxa de ocupação em 48,7%. Isso quer dizer que a maioria da população apta a trabalhar está desempregada. Enquanto isso, as centrais sindicais buscam um “pacto conjunto” entre sindicatos, o governo Dória e empresários, que terá como uma de suas medidas retomar a MP 936, que permite a redução de jornada com a redução de salário. Essa é a consequência da política de conciliação de classes, que, ano após ano, passou a abrir mão da defesa dos empregos, se lançando em

favor do lay off, férias coletivas, banco de horas, pdv etc., e agora compactua diretamente com a burguesia, tornando-se seu agente direto na defesa dos interesses econômicos. A juventude precisa exigir das direções burocráticas a reativação imediata dos sindicatos, a convocação das assembleias presenciais, que tenha por tarefa primordial a defesa dos empregos a todos, por meio da divisão de todas as horas de trabalho entre todos os aptos a trabalhar, impondo assim a escala móvel das horas de trabalho.

Mais de 320 mil mortos pelo Covid-19

A juventude deve responder com a política operária

Já passamos a marca de 320 mil mortos. Caminhamos para 4 mil mortes por dia. Está provado que a política de isolamento social de classe fracassou fragorosamente. A vacina é salvação apenas nos países imperialistas. A guerra da vacina é elemento da maior opressão nacional. A proteção do trabalhador, pobre e miserável não virá da burguesia, subordinada ao capital financeiro, mas de sua ação independente. Urge a necessidade de reagirmos e de nos voltar contra o capitalismo apodrecido. Ou matamos o capitalismo, ou continuaremos morrendo, pela doença, pela fome e pela

miséria. Lutemos pela vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis; controle pelas organizações operárias sobre a Anvisa, Butantan, Fiocruz e indústria químico-farmacêutica; por uma ajuda emergencial de um salário mínimo calculado pelo Dieese; pela subordinação do sistema privado de saúde ao SUS, que deve ser controlado pelos comitês e assembleias populares; expropriação dos capitalistas que oferecem resistência ao isolamento social; não pagamento da dívida pública, e utilização de seus recursos para combate da pandemia e da crise econômica.